

Apresentação do Dossiê
À procura de novos paradigmas: estudos indígenas
no Canadá e nas Americas

A literatura é política uma vez que sua transmissão linguística e ideológica é definida e determinada pelos que têm poder. Por isso Shakespeare e não Wisakehcha é classificado como “clássico” em nossos currículos escolares¹.
Emma LaRoque

Rubelise da Cunha²
Eloína Santos³

“No princípio era o verbo”, assim nos diz a escritura sagrada que é pedra fundamental do Cristianismo: a *Bíblia*. Passados tantos séculos e milênios, tantos territórios sendo conquistados e devastados, resta-nos sempre a inquietante pergunta: “e se o princípio for anterior ao ponto inicialmente estabelecido?”. Este é o questionamento que impulsiona e instiga a nós, pesquisadores que se dedicam ao estudo de uma literatura que desafia o ponto inicial demarcado para a história literária das Américas, assim como nos convida a reconfigurarmos nossos mapas artísticos e culturais da mesma forma que desafiamos os mapas cartográficos nos quais a Europa aparece como continente central do planeta Terra. Parece também ser esta inquietação com aquilo que o Ocidente definiu como ponto de origem para a narrativa sobre o continente americano um dos maiores propulsores para as obras literárias e crítico-teóricas indígenas, como o escritor Thomas King (Cherokee-grego)⁴ demonstra de forma bem-humorada, no capítulo “Forget Columbus”, em sua obra *The inconvenient Indian: a curious account of Native people in North America* (2012, p. 1-20): a necessidade de revisão e reescrita deste discurso histórico sobre as Américas sacramentado pelo ponto de vista do colonizador europeu. A intensa produção de obras críticas, teóricas e literárias voltadas às questões indígenas nas Américas, e o corpus expressivo de obras produzidas por autores ameríndios sinaliza que a literatura indígena ocupa espaço significativo no discurso acadêmico da contemporaneidade. No que se refere aos estudos canadenses, os críticos literários canadenses reconhecem que atualmente é difícil imaginar escrever sobre o Canadá sem a presença da literatura indígena. Como

dizem Heather Macfarlane e Armand Garnet Ruffo em *Introduction to Indigenous literary criticism in Canada* (2016, p. xi), “ao longo da proliferação da escrita criativa veio uma torrente de atenção acadêmica e, desde o início dos anos 1990, não há menos do que uma produção constante de trabalhos críticos que serve para abrir a análise literária”. Esta proliferação de produções indígenas também é observada em outras formas de arte, como música, teatro, cinema e pintura, não só no Canadá, mas pelas Américas, em *performances* que também se envolvem discursivamente em estratégias de resistência transculturais e transamericanas a práticas coloniais do passado e contínuas.

As estratégias criativas de resistência envolvem, de forma categórica, um repensar sobre o que denominamos “princípio” na literatura das Américas, cuja história sempre remonta à chegada dos colonizadores como ponto inicial para a produção de um *corpus* literário. No entanto, os saberes ancestrais das diversas nações indígenas vivas e pulsantes no território americano muito antes da chegada de Cristóvão Colombo sempre estiveram povoados de narrativas míticas, lendas e *performances* de contação de estórias como ponto fundamental para a manutenção dos saberes (os quais incluem línguas, cosmogonias, história, organizações políticas e sociais, espiritualidade) e a continuidade dos povos. Esta foi a maior resistência, e é a presença dos saberes ancestrais na literatura e na arte ameríndia que nos convida a repensarmos nossos pressupostos teóricos e metodológicos e a reescrevermos a história literária das Américas. Sendo assim, este número especial da *Interfaces Brasil/Canadá* apresenta artigos que abordam as literaturas indígenas e outras formas de expressão cultural, no Canadá e nas Américas, em busca de novos paradigmas para os estudos literários e culturais.

Seguindo o pensamento de LaRoque (*Métis*) na epígrafe, Jo-Ann Episkew (*Métis*) nos lembra que a incorporação de cursos sobre “Native Lit” e de antologias é mais recente no Canadá, diferentemente dos Estados Unidos, onde N. Scott Momaday (*Kiowa*) recebeu um *Prêmio Pulitzer* em 1969, e em 1974, pela primeira vez o *New York Times Book Review* publicou uma resenha crítica de um romance indígena, *Winter in the blood* (1974), de James Welch (Blackfeet Gros Ventre). Muitas antologias de literatura estadunidense apresentam nomes como os de Momaday, Leslie Marmon Silko (Laguna Pueblo), Elizabeth Cook-Lynn (Crow Creek Sioux), Gerald Vizenor (Chippewa), Sherman

Alexie (Spokane Coeur D’Alene) e muitos escritores indígenas são também acadêmicos e produzem teoria literária, como Louis Owens (Chocktaw Cherokee irlandês), Craig Womack (Creek Cherokee), Elizabeth Cook-Lynn e Paula Gunn Allen (Laguna Pueblo). No Canadá, segundo Episkenew, “a literatura aborígine está batendo na porta do cânone literário canadense” (2016, p. 189) e publicando artigos críticos sobre sua literatura e sobre como a literatura hegemônica os representa, há pelo menos duas décadas, em vozes como as de Tomson Highway (Cree), Thomas King, Lee Maracle (Salish) e Janice Acoose (Sakimay *Métis*), entre muitos outros. Thomas King declara o termo pós-colonial inaceitável em relação às literaturas indígenas. Ele chama o triunvirato – pré-colonial, colonial e pós-colonial – de “etnocentrismo não disfarçado” e “desconsideração bem-intencionada”. King coloca o problema do termo em seu “inescapável nacionalismo” e na “perigosa crença de que o ponto de partida de qualquer discussão é a chegada dos europeus à América do Norte” (2012, p. 39).

É preciso considerar, ainda, como nos lembra Helen Hoy,

que a escrita, a edição, a publicação, a encenação, o ensino e a leitura da produção Nativa têm lugar, pelo menos parcialmente, em contextos controlados pelo poder discursivo e institucional da cultura dominante [no Canadá]. Comissões editoriais, agências de fomento, editora, comitês de premiação, currículos escolares e universitários e teorização e análises acadêmicas, atribuem mérito, distribuem recursos, tecem políticas de inclusão ou exclusão e produzem sentido baseados em normas extrínsecas ou mesmo inimigas dos valores e interesses indígenas. Tais efeitos não são acidentais ou simplesmente idiossincráticos. (2001, p. 13).

Na academia brasileira, as literaturas indígenas aparecem escassamente, incluídas em cursos como Literaturas de Língua Inglesa ou Literatura Pós-colonial, analisadas de forma fragmentária e sob uma visão insistentemente pós-colonial. Os autores indígenas brasileiros raramente escapam da classificação de literatura infanto-juvenil por falta de entendimento sobre a influência da oralidade em sua escrita. Por outro lado, legislação recente oferece a oportunidade de introduzi-la nas escolas de forma mais consistente⁵. A partir do final da década de 1980, os indígenas brasileiros começam a obter reconhecimento através de obras sobre suas culturas e mitos e podemos reconhecer pelo menos trinta autores indígenas com trabalhos relevantes publicados. Como aponta Daniel

Munduruku⁶, “é importante dizer que estamos conquistando espaço não porque somos ‘exóticos’, mas porque escrevemos bem”⁷. A academia brasileira, no entanto, ainda não recebe bem obras de escritores indígenas e mesmo os dois mais populares, Eliane Potiguara e Daniel Munduruku, têm obras como *Metade cara, metade máscara* e *Todas as coisas são pequenas* desconsideradas como romances e, portanto, “não incluíveis” em cursos de literatura brasileira.

Eliane Potiguara é escritora, poeta, e ativista pelos direitos indígenas e toda sua rica vivência encontra-se elaborada em *Metade cara, metade máscara* (2004), sob várias formas narrativas – testemunho, poesia, autobiografia, ficção – que se entrelaçam para recuperar errâncias físicas e intelectuais, a luta por autoestima e pela manutenção de sua tradição cultural, e pela recuperação da identidade e da dignidade da mulher indígena, na mesma linha seguida pela maioria das escritoras estadunidenses e canadenses aqui mencionadas. O livro de Potiguara se assemelha em estrutura a *I am woman*, de Lee Maracle, por exemplo⁸. O livro de Potiguara, como de Acoose e outras autoficções de mulheres indígenas, desafia classificações: não é um romance, embora encerre a história de Jurupiranga e Cunhataí; não é autobiografia, embora relate leituras, errâncias, aprendizados, ideias, memórias da autora que se confundem com as de sua avó e de seu *alter ego*, Cunhataí; não é um livro de poemas, mas há vários deles entrecortando uma narrativa também poética. Não é um livro panfletário, mas faz uma defesa intransigente dos direitos indígenas neste país, das mulheres em especial e dos oprimidos do mundo em geral, e conclama a mudanças radicais. Pode se chamar a obra de metaficcional e pós-canônica, pois insere a voz ameríndia na literatura indianista nacional e desnuda um ponto de vista alternativo ao dos escritores não indígenas sobre o encontro colonial e pós-colonial entre as etnias fundadoras da cultura brasileira, inclusive por seu alinhamento com os movimentos negros. A inserção desse tipo de texto em nossos cursos de literatura brasileira amplia o conceito de literatura brasileira e o próprio conceito de “romance”, bem como a percepção de nossa herança cultural.

Em *Todas as coisas são pequenas* (2007), Munduruku faz a primeira tentativa de um índio brasileiro de inserir-se formalmente no gênero romanesco ocidental. Em sua análise da obra, Eurídice Figueiredo salienta duas características: “uma visão polarizada,

em que as pessoas do mundo civilizado têm objetivos excessivamente materialistas enquanto o mundo indígena está integrado com as forças da natureza” e sua filiação “à longa tradição do romance de provação, pois o personagem deve passar por uma série de provas; só depois de cumprir as tarefas que lhe são propostas é que ele sai vencedor” (2010, p. 132). Munduruku mantém em sua obra um propósito de desconstruir a imagem do índio como “selvagem” e “sem cultura”.

Ainda deve-se apontar para o interesse dos escritores não indígenas pelo tema no Brasil, onde se constata que a maioria dos grandes escritores nacionais transitou pelo indianismo com pelo menos uma obra que o revisita sob um novo olhar: Moacyr Scliar, Luiz Antonio de Assis Brasil, Bernardo Carvalho, Alberto Mussa, Murilo Carvalho, Antonio Torres, Milton Hatoum, João Ubaldo Ribeiro, mencionando apenas obras publicadas neste século, com exceção de *Feitiço da Ilha do Pavão*, de 1997.

Os textos que compõem este dossiê revelam toda a diversidade do tema proposto ao representar várias etnias do Brasil, do Canadá e do Panamá, incluindo *Métis e Innu*, que escrevem em língua portuguesa, inglesa e francesa. Os autores dos textos são colegas professores de literatura na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Federal do Rio Grande, RS, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, *Campus* de Frederico Westphalen, RS, na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade de Alberta, Canadá, na *Tarrant County College, Trinity River Campus*, Forth Worth, Texas, na *Université Rennes 2 /Institut Universitaire de France*, Rennes, Bretanha, França, um poeta e tradutor literário e um doutorando cuja pesquisa e ensino contribuem para o conhecimento das literaturas indígenas das Américas e para a formação de outros professores e pesquisadores que deem continuidade a este projeto interamericano, uma vez que, como podemos constatar, dialogam entre si, contribuindo para o debate sobre o tema proposto por nosso CFP.

Coincidentemente, quatro dos sete artigos enfocam a literatura escrita por mulheres, indígenas e não indígenas e demonstram que a mulher indígena ainda luta com estereótipos negativos que oscilam entre a princesa ou a *squaw*⁹, enquanto tenta dar visibilidade a experiências de violência e abuso sexual dentro e fora das comunidades nativas, suas ligações com o tradicionalismo nativo, que inclui sua relação com a terra,

fraturas ideológicas nas comunidades indígenas, um passado opressivo e um futuro incerto (VALASKAKIS, 2016, p. 94-95)¹⁰ e estão adquirindo uma visibilidade notável para suas obras e os temas que propõem.

“Representações do autóctone em romances canadenses: territorialidade, alteridade, identidade”, de Eurídice Figueiredo, analisa romances canadenses de língua francesa e de língua inglesa com personagens indígenas e *Métis* e suas dificuldades de inserção em uma sociedade que dispensa mais consideração a imigrantes do que a seus povos nativos, discriminando principalmente o mestiço, “o outro difícil de ser incluído” por habitar um entrelugar racial e social; um permanente “deslocado”. Entre as obras de língua francesa estão as de Francine Ouellette, Gérard Bouchard, Bertrand Vac, Julien Bigras e Jacques Poulin. As autoras de língua inglesa são Margaret Laurence e Beatrice Culleton Mosoinier, uma escritora *Métis*. As obras são de grande diversidade e abordam desde aspectos históricos deste permanente conflito e suas consequências psicológicas a influências autobiográficas de experiências pessoais da discriminação.

“O fim do hibridismo: autoindigenização na literatura *métis*”, de Albert Braz, discute a reação às teorias sobre hibridação, racial e cultural dos anos 90, especialmente na literatura *Métis*, onde a preferência parece ser pela identificação com apenas um dos progenitores raciais (e/ou culturais) ou a negação dos progenitores brancos. Intelectuais indígenas ainda se dividem, sobre os *Métis*, vistos por alguns como figuras negativas para a indianidade, enquanto outros recusam a noção por acreditar que ela favorece os migrantes e os movimentos diaspóricos, ignorando a relação dos povos indígenas com o continente que habitam por tantos séculos anteriores à chegada dos europeus e africanos, entre outros. A discussão é muito complexa e envolve, por exemplo, o conceito da existência de raças “puras”, como a branca e a indígena.

“As flechas de Olowaili: o som, o movimento e a cultura Guna em *Princess Pocahontas and the Blue Spots*, por Monique Mojica”, de Daniel Wayne Hopkins, a partir da arte de confecção da *mola*, a tradicional blusa indígena apreciada pela qualidade de seus bordados, discute a peça de teatro de Mojica, onde traços autobiográficos da autora se confundem com a história de seu povo Guna, tanto o de sua infância no Panamá, quanto o que vive transplantado em Nova York. A narrativa inclui as relações com vários

outros povos indígenas das Américas e sua história comum durante o processo colonial. Mojica constrói 22 personagens diversos, de *Pocahontas* e *La Malinche* a *Contemporary Woman*, cujos *testimonios* atestam a qualidade e a longevidade das tradições orais das Américas e sua importância para a reconstrução da identidade das mulheres indígenas, uma vez que a *performance* tem papel regenerativo (*healing*) dentro das culturas nativas.

“Voz feminina ameríndia e a escrita do espaço”, de Rita Olivieri-Godet, nos revela a obra de Naomi Fontaine, jovem escritora *Inuu*, oriunda da comunidade de Uashat, perto de Sept-Îles, ponta leste do Quebec, que publicou *Kuessipan* aos vinte e três anos. A narrativa traça um retrato da comunidade nômade de pescadores e caçadores, em especial das mães e seus filhos, que enfrentam uma realidade dura e cruel com silenciosa dignidade. O livro é perpassado por um sentido de tempo e lugar bem palpável, a beleza natural da baía e as crises domésticas entre gerações. A autora observa com especial atenção o processo desigual de interação entre a comunidade nativa e os canadenses, com ênfase na identidade da voz feminina. Godet ainda recupera para seus leitores a história da reserva de Uashat e da resistência indígena na década de 50, que provocou profundas mudanças no *habitat* dos indígenas em função de atividades intervencionistas diversas e sucessivas através dos séculos.

O artigo “Uma nova velha história: O *Karaíba* e a memória ancestral pré-cabralina”, de Denise Almeida Silva, focaliza a produção literária ameríndia no Brasil, ao tecer reflexões sobre a obra de Daniel Munduruku e de Eliane Potiguara, e alia-se fortemente ao propósito da busca por novos paradigmas para os estudos literários e culturais especialmente no que se refere à literatura de autoria indígena. O foco central é a análise da obra *O Karaíba*, de Daniel Munduruku, e como o autor reclama em seu texto a memória ancestral pré-cabralina e desconstrói a imagem do indígena como ser selvagem e atrasado, e inscreve a importância da memória corporificada, forte e profundamente vinculada a um lugar vivenciado e cultuado. O entrecruzamento de pensamentos sobre a cultura indígena a partir das ideias de Munduruku e de Potiguara e os estudos sobre a natureza da memória social em comunidades fechadas desenvolvidos por pesquisadores não indígenas contribui para a criação de paradigmas diferenciados para o estudo da cultura e literatura indígenas.

Em “Vozes de escritoras indígenas das Américas: resistência em forma de verso no Canadá e Brasil”, Liane Schneider parte da perspectiva comparativista interamericana e dos elos estabelecidos entre culturas de tradição oral e escrita ao analisar os poemas de Rita Joe e de Eliane Potiguara. Ao verificar os indícios do trauma sofrido pelos grupos ameríndios nos séculos que seguiram a colonização europeia, a autora destaca o lugar assumido pelo eu lírico através da voz da mulher indígena e discute como a literatura, neste caso o discurso poético, contribui com o processo de descolonização de paradigmas culturais na contemporaneidade ao questionar e desmascarar arranjos de poder.

O artigo “O mito do fogo e a (re)construção da identidade indígena em *The lesser blessed*, de Richard Van Camp e *Habitante irreal*, de Paulo Scott”, de Régis de Azevedo Garcia e Rubelise da Cunha, também compara uma obra canadense e uma obra brasileira a fim de problematizar o encontro entre as culturas ocidentais e ameríndias e a literatura heterogênea que resulta de tal encontro. Os autores analisam como narrativas míticas sobre o fogo e a gênese humana são resgatadas e ressignificadas nos romances *Habitante irreal* (2011), do brasileiro Paulo Scott e *The lesser blessed* (1996), do escritor canadense e Dogrib Richard Van Camp, ao serem transformadas em narrativas pessoais que denunciam a violência sofrida pelas populações indígenas nos centros urbanos.

Ao final deste dossiê especial, contamos com duas resenhas; uma delas, de Núbia Hanciau sobre o romance *Danse noire*, da escritora franco-canadense Nancy Huston, complementa e reafirma as discussões acerca das questões indígenas no Brasil e no Canadá. Em sua resenha detalhada, na qual situa o livro analisado na cadeia de obras produzidas pela escritora, profunda conhecedora da obra de Huston que é, Hanciau destaca como as três histórias das gerações retratadas no romance estão vinculadas à história da violência sistêmica que o processo de colonização proporcionou aos ameríndios. É o personagem Milo, filho da indígena Cri Awinita, que percorre os caminhos que ligam a experiência colonial canadense à brasileira, pois como nos diz Hanciau, os “‘ta, ta-da da, ta, ta-da da’ do tambor, ritmo que Milo e Paul ouvem toda noite em Arraial d’Ajuda [...] são a chamada do coração, das raízes, da voz de sua mãe”.

A resenha de Brian Campbell comenta a publicação, em Montreal, de uma coletânea de poemas da romancista, contista, ensaísta e poeta paulista Zulmira Tavares, *Vesuvio/*

Vesuvius, traduzida por Hugh Hazelton, com o importante apoio do *Canadian Council for the Arts*. Traduzida para o inglês por quem domina o espanhol, o francês e o português, o trabalho resulta em uma leitura que preserva o lirismo original e o tom das reflexões da autora sobre expectativas e desapontamentos na arte e na vida, alguns de revelações “vulcânicas”, a reflexão crítica e o humor irônico de Tavares sempre combinados, em sua prosa ou poesia. Esta publicação é um dos resultados do profícuo intercâmbio cultural entre o Brasil e o Canadá, vários deles nascidos nos encontros promovidos pela Abecan com a presença de acadêmicos canadenses. Como Hazelton, que conheceu a obra de Zulmira através da *revue ellipse* (TORRES, SANTOS, 2010), onde publicou em tradução, a convite das organizadoras, os poemas *Abaixo da linha de pobreza* (p. 46-47) e *Jiboia* (p. 50-51).

Agradecemos a todos que acolheram nosso CFP por suas generosas contribuições, à colaboração preciosa dos avaliadores e ao editor-chefe da Interfaces Brasil/Canadá, Gunter Axt, por seu entusiasmo pela proposta do dossiê e por sua inigualável eficiência em tornar realidade a publicação deste número da revista.

Referências

- CUNHA, Rubelise da. Writers and storytellers, Lee Maracle and the consolidation of Indigenous Literatures in Canada and Brazil, *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 12, n. 2, 2012. p. 63-82.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- HOY, Helen. *How should I read these? Native women writers in Canada*. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 2001.
- EPISKENEW, Jo-Ann. Socially responsible criticism. In: *Introduction to Indigenous literary criticism in Canada*, Heather Macfarlane, Armand Garret Ruffo (Ed.), Peterborough, Ontario: Broadview Press, 2016. p. 187-200.
- KING, Thomas. Godzilla vs post-colonial. In: *Introduction to Indigenous Literary criticism in Canada*. Heather Macfarlane, Armand Garnet Ruffo (Ed.). Peterborough, Ontario: Broadview Press, 2012. p. 37-45.
- MUNDURUKU, Daniel. *Todas as coisas são pequenas*. São Paulo: Arx, 2008.
- POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004.
- SANTOS, Eloína. Come on, Sister. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 12, n. 2, 2012, p. 47-62.

TORRES, Sonia, SANTOS, Eloína. (Guest Org.). *Revue ellipse*. Brasil-Canada. Literatura Contemporânea em tradução. Contemporary Brazilian writing in translation. Littérature contemporaine brésilienne en traduction. Hugh Hazelton (Coord.). Fredericton, New Brunswick, 2010. n. 84-85.

VALASKAKIS, Gail. *Parallel voices: Indians and others, narratives of cultural struggle*. In: Introduction to Indigenous literary criticism in Canada, Heather Macfarlane, Armand Garnet Ruffo (Ed.), Peterborough, Ontario: Broadview Press, 2016. p. 87-112.

Notas

- ¹ Todas as traduções foram feitas pelas organizadoras do dossiê.
- ² Professora da FURG, Rio Grande, RS. rubelisecunha@furg.br.
- ³ Professora aposentada da UFRGS, Porto Alegre, RS. eloínaprati@gmail.com.
- ⁴ Os nomes dos povos ou nações onde nasceram ou às quais se filiam os escritores ameríndios foram mantidas com a primeira letra em caixa alta por indicarem o que eles consideram o equivalente a países de origem para o mundo ocidental e, sobretudo, porque a luta dos povos indígenas por soberania e reconhecimento praticamente começa junto com o processo colonial nas Américas e persiste até nossos dias.
- ⁵ Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito de todo o currículo escolar. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm.
- ⁶ No Brasil é comum que indígenas adotem o nome de seu povo como sobrenome.
- ⁷ www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10634:daniel-munduruku&catid=12956:cultura&Itemid=168 - 54k. Acessado em 22/02/2012.
- ⁸ Eloína Santos, Come on, Sister (p. 47-62), e Rubelise da Cunha, Writers and storytellers, Lee Maracle and the consolidation of Indigenous Literatures in Canada and Brazil (p. 63-82), são artigos que comparam a obra de Potiguara à das escritoras canadenses Acoose e Maracle, respectivamente. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 12, n. 2, UFF e Centro Universitário La Salle, 2012.
- ⁹ "Squaw" é uma palavra algonquina que circula desde o século XVI e significa "mulher indígena" ou "esposa", mas foi muito usada de forma derogatória para descrever as mulheres indígenas que mantinham relacionamentos com homens brancos cristãos com os quais conviviam, como caçadores, lenhadores, exploradores, inclusive por eles próprios.
- ¹⁰ Paráfrase livre do texto em inglês, p. 95.